

No dia 18, a visita da Caravana - que se transformou em conferência livre - contou com representantes da Secretaria de Segurança Pública, Polícia Federal, Guarda Municipal, Comjus/POA, núcleo de Pesquisa IFCH/UFRGS, Coordenação Nacional da Caravana e a Gauyí. Foi discutida a importância de fortalecer o Estatuto do Desarmamento e garantir sua implementação, bem como a continuação de campanhas de conscientização e a constante divulgação de dados relevante ao tema.

Na sequência, foram abertas inscrições para o debate com a plenária, havendo diversas manifestações. E ao final, a partir de uma síntese realizada pela mesa coordenadora, foi aprovado um princípio e cinco diretrizes para serem remetidos ao Caderno Nacional de Teses da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública.

Princípio - Uma política nacional de segurança, na perspectiva de afirmação de uma cultura de não violência e construção de um novo paradigma de segurança com cidadania, deve afirmar a restrição e o controle de armas.

Diretriz 1 - Efetivação do Estatuto do Desarmamento, afirmação de seus objetivos, colocando em prática suas regras, sua capacidade de registro e mapeamento da situação e controle de armas, construindo indicadores.

Diretriz 2 - Que o poder público socialize as informações do Estatuto, com um anuário estatístico, compatibilizando as informações e disponibilizando-as.

Diretriz 3 - Que o poder público, em parceria com a sociedade, siga nas campanhas de esclarecimento e capacitação sobre o tema.

Diretriz 4 - Efetiva integração para o cumprimento do Estatuto do Desarmamento, de acordo com as competências dos órgãos com responsabilidade na área (PC, Ex Nac e PF)

Diretriz 5 - Em relação à segurança privada, estabelecimento de ações mais rigorosas de controle e fiscalização de empresas de segurança privada.

Informações apresentadas pelos panelistas

Cel. Marco Antonio Moura dos Santos, diretor do Departamento de Estratégia e Gestão Operacional da SSP/RS, abordou as atividades da Secretaria nesta área e fornecendo dados sobre apreensão de armas ilegais e prisões por porte ilegal de armas. As apreensões de armas no RS em 2007 (12.661 armas), 2008 (12.575 armas), além de informar que há 1.548 presos por porte ilegal de armas e 540 por porte de armas restritas.

Na sua fala fez as seguintes sugestões: a) ampliar a capacidade de controle e registro para possibilitar o aprofundamento das análises de inteligência; b) ampliar o controle e fiscalização da venda de armas ao exterior; c) estabelecer estudos de armas produzidas, vendidas, apreendidas; d) ampliar o trabalho de prevenção à violência.

Lorecinda Ferreira Abrão – comandante da Guarda Municipal de Porto Alegre, que abordou a situação da Guarda Municipal de Porto Alegre e as possibilidades de uso do armamento. Informou que hoje dos 600 guardas existentes em POA, 120 estão

habilitados ao porte de arma funcional e que mais 60 guardas estão ingressando e, no processo de capacitação, serão habilitados ao porte de armas. Na seqüência questionou o papel das guardas municipais.

Delegado Cristiano Luis da Rocha, da Delegacia da Polícia Federal no RS responsável pelo Sinarm, abordou as regras para o recadastramento e a entrega voluntária de armas cujo prazo foi estendido até 31/12/2009.

João Hélio Carpes Antunes, coordenador do Conselho Municipal de Justiça e Segurança de Porto Alegre (Comjus), falou sobre o trabalho que vêm sendo realizado pelo Conselho e seus 16 Fóruns Regionais de Justiça e Segurança (FRJS), a preocupação com a prevenção e a necessidade da restrição e controle do uso de armas.

Virginia da Rosa, pesquisadora do Grupo de Pesquisa da Violência do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do RS, abordou o trabalho e composição do Grupo e o estudo sobre violência que está sendo realizado, destacando o a parceria com o governo do estado (secretarias de Segurança e Saúde) na realização da Cartografia da Violência no RS e divulgou a conferência livre que está sendo realizada pela universidade com enfoque no ensino e pesquisa em segurança pública, nos dias 18 e 19 de julho.

Heather Sutton, do Instituto Sou da Paz e representando a Coordenação Nacional da Caravana Comunidade Segura – 2009, abordou o histórico do projeto da Caravana, a Rede Desarme Brasil, o Estatuto do Desarmamento, destacou dados estatísticos, como a informação que nos últimos cinco anos o Brasil gastou em seu sistema de saúde R\$ 93 milhões no atendimento a vítimas da violência armada, abordou questões pendentes na implantação do Estatuto. E concluiu destacando a importância de ser efetivada a implementação das normas constantes na legislação do Estatuto do Desarmamento.

Luiz Antônio Brenner Guimarães, do Núcleo de Violência, Segurança e Direitos Humanos da Guayí, abordou a composição e a produção do núcleo, a questão de um novo paradigma em segurança pública que contemple a prevenção em todas as suas dimensões e uma outra prática do sistema de justiça e polícia.

Brenner fez um relato sobre a participação do Núcleo nos debates sobre o referendo da venda de armas, destacou os benefícios do Estatuto do Desarmamento, tanto na questão da restrição e qualificação ao uso de armas, na unificação dos registros e na tipificação das condutas penais que permitiram aos organismos da segurança pública ampliar a apreensão de armas usadas de maneira irregular e ilegal.

Por fim, propôs que a plenária da conferência contemplasse nas suas resoluções a efetiva implementação das regras do Estatuto; produção, divulgação e socialização anual de dados e informações sobre as ocorrências envolvendo as armas de fogo, suas conseqüências, bem como todas as etapas de registro e controle; e um processo anual de divulgação e esclarecimento sobre os temas relacionados ao Estatuto e uso de armas de fogo.

Heather Sutton